

Escola Associação República e Laicidade considera que há uma ofensiva clerical

Disciplina de Religião e Moral levou missa para a escola na Páscoa

Numa escola da Póvoa de Varzim este ano foi a primeira vez que houve missa campal, mas a “tradição” cumprir-se-á em mais estabelecimentos. A tutela não vê problema algum

Andrea Cunha Freitas

● A Festa da Vida na Escola EB2-3 de Cego do Maio, na Póvoa de Varzim, realizou-se no dia 23 de Março e, entre outras actividades, o programa incluiu uma missa campal no espaço do estabelecimento de ensino. A proposta partiu do padre Delfim Duarte, responsável pela disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, foi aprovada em conselho pedagógico e assembleia de escola e teve o aval da associação de pais. O programa assegurava actividades alternativas para os alunos que não quisessem participar na eucaristia. Havia um filme e uma acção de reciclagem de papel no âmbito do Clube de Ciências para quem não fosse à missa.

“Foi a primeira vez que tivemos uma missa aqui na escola”, confirmou ao PÚBLICO Maria Zeny Carvalheira, vice-presidente do conselho executivo, adiantando que nos anos anteriores a disciplina era da responsabilidade de uma professora leiga e que só a partir deste ano lectivo o padre Delfim Duarte assumiu este cargo, tendo proposto a acção.

“Os alunos estiveram espalhados entre as três iniciativas que se propunham para a mesma hora”, revela a professora de Educação Física, adiantando, no entanto, que a maioria dos alunos do 2.º ciclo opta por aderir à disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. “Trata-se de algo que não é muito invulgar. Principalmente, no Norte do país”, nota Maria Zeny, adiantando que na escola onde leccionou antes (no concelho da Póvoa de Varzim), “realizava-se sempre uma missa nesta altura”.

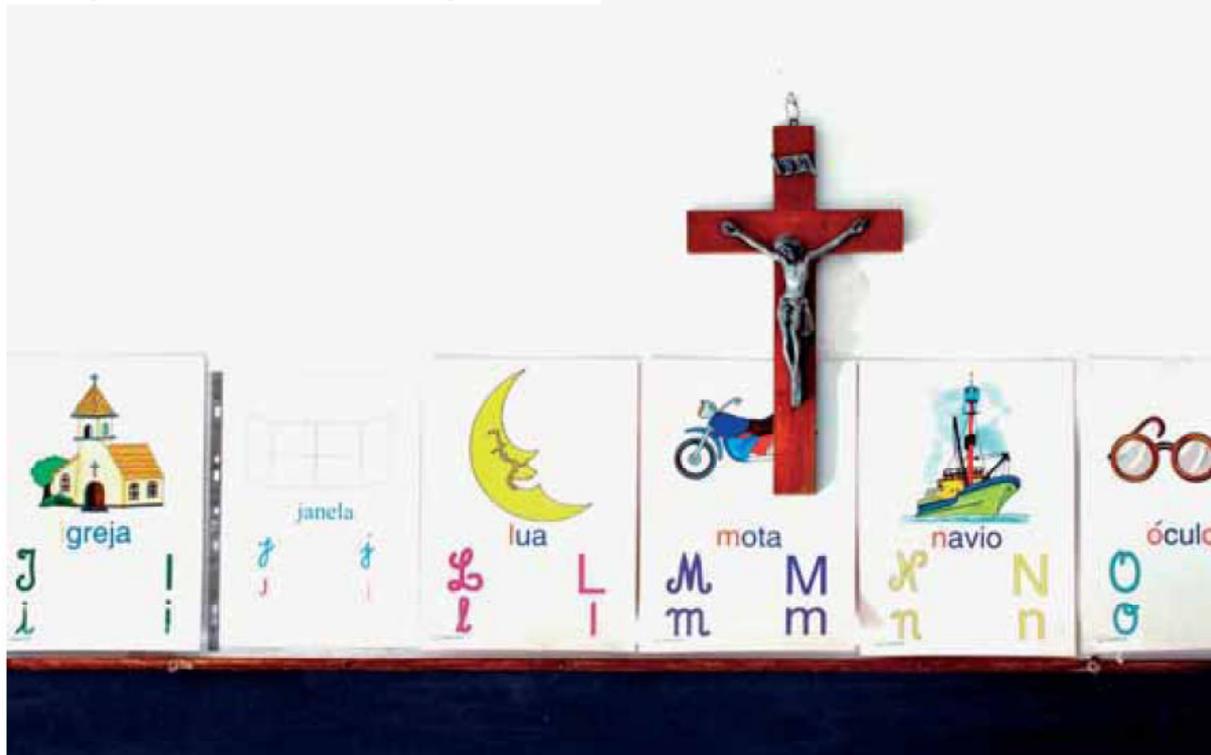
Apesar de comparar esta acção à organização do presépio no Natal, a direcção da escola – com cerca de mil alunos – pediu um parecer à DREN. Mas, tal como adiantou ao PÚBLICO a directora da DREN, Margarida Moreira, “faziam a pergunta e davam a resposta no mesmo documento, uma vez que garantiam actividades alternativas para os que não quisessem participar na missa”.

Laicos contra

Margarida Moreira admite que este tipo de cerimónias se realize em mais escolas da região, no âmbito da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, devidamente enquadradas na lei. “O Plano de Actividades é discutido e aprovado no início de ano lectivo pelos vários órgãos da escola. Tal como os professores de Matemática e Educação Física organizam acções, o professor de Educação Moral também o pode fazer”, explica a responsável, adiantando que na discussão destes planos a DREN poderá alertar para a necessidade de programar iniciativas paralelas para os alunos que não estão inscritos nesta disciplina. “A liberdade religiosa

Os laicos que estão contra os crucifixos também não querem missas

FERNANDO VEZUDO



existe para ter ou não ter”, defende, sublinhando que “a opção religiosa católica é deliberadamente manifestada pelos encarregados de educação do aluno, ou seja, tem de ser intencionalmente declarada”.

“O facto de ser opcional é apenas um mal menor. Por princípio somos contra a presença do ensino confessional religioso nas escolas”, reage Luís Mateus, da Associação Repú-

blica e Laicidade, que em 2005 divulgou um polémico relatório sobre a celebração de missas nas escolas e sobre a presença dos crucifixos nas salas de aula.

A grande maioria das dezenas de registos fotográficos obtidos na altura (ver <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/11/rl-repositorio-final.pdf>) sobre as eucaristias no interior da escola foram recolhidos

na Internet, revela Luís Mateus. Actualmente, encontram-se poucas referências a actividades deste tipo. “Foram todos limpos na sequência da polémica”, denuncia.

Ainda assim, o PÚBLICO encontrou alguns anúncios de eucaristia pascal para o final deste segundo período de aulas, nomeadamente no Agrupamento Vertical de Escolas de Carrazedo de Montenegro (distrito de Vila

Real), na Escola Básica e Secundária de Machico (Madeira), na Escola Profissional de Gaia, entre outras.

“A escola é para aprender. Já temos um país atrasadíssimo e andamos ainda a formar para a confissão”, lamenta, admitindo que estas cerimónias ainda são promovidas em “demasiadas” escolas do país. E conclui: “Faz parte da ofensiva clerical na escola”.

Prevê-se maior presença de outras religiões

Do pôr do sol adventista à comunidade Bahá'í

● Se os alunos manifestarem essa vontade e as comunidades religiosas se organizarem nesse sentido, as escolas públicas podem acolher disciplinas de outras confissões que não a católica. Margarida Moreira, responsável da DREN, prevê mesmo que este cenário seja cada vez mais comum, uma vez que o país acolhe muitas pessoas de diversas comunidades religiosas.

Aliás, há já alguns sinais no presente e alguns não serão assim tão recentes. “A Escola de Águas Santas (na Maia), por exemplo, tem há mais de dez anos uma aula de Educação Religiosa Baptista”, refere Margarida

Moreira. Mas há mais. Em Guimarães, por exemplo, já há duas turmas dedicadas à religião Bahá'í – uma religião independente e monoteísta, fundada por Bahaullah, com mais de cinco milhões de seguidores no mundo. Segundo fonte da comunidade religiosa em Portugal, cuja sede se situa em Lisboa, as aulas são leccionadas na Escola Secundária Francisco de Holanda e Martins Sarmento, em Guimarães, e na Escola Secundária Monserrate, em Viana do Castelo.

A presença desta comunidade já passou também pelo Porto, Braga e Silves, locais onde acabou por deixar de existir, uma vez que serão

necessárias turmas de pelo menos 15 alunos.

A DREN recebeu também uma comunicação dos Adventistas do Sétimo Dia sobre a organização dos tempos lectivos dos crentes desta fé que não devem coincidir nunca com o seu dia sagrado, o sábado, sendo que o início deste dia é considerado



A religião Bahá'í, com cinco milhões de seguidores no mundo, tem aulas em escolas de Guimarães e Viana do Castelo

a partir do pôr do sol de sexta-feira. A comunidade religiosa forneceu à DREN um “calendário” com detalhes “ao minuto” de todos os pores do sol durante o ano lectivo. Trata-se aqui apenas de garantir um direito assente na Lei da Liberdade Religiosa. “Ao que confirmámos, mesmo nas aulas para adultos, não existe coincidência entre este horário e um aluno desta religião. No entanto, ficou como um alerta que registei e devo naturalmente respeitar”, disse Margarida Moreira. “Estamos num caminho que nos levará cada vez mais à presença de outras confissões religiosas nas escolas públicas”, conclui.